

## Apresentação

O final do século XX registrou, no cenário internacional, a emergência de discursos e ações para os espaços internacionais fronteiriços. Para os apologistas da globalização neoliberal, a porosidade das fronteiras internacionais significava o fim dos Estados nacionais. O elemento mais indicado para conferir materialidade a esta nova configuração política foi dada pelo aumento da circulação de pessoas, em escala mundial. A ideia de “um mundo sem fronteiras” sofreu um duro revés a partir do ano de 2001. Os ataques terroristas em Nova York (EUA) provocaram um impacto profundo na forma como se percebia a liberdade da circulação de pessoas e, sobretudo, em relação ao papel do Estado na gestão da circulação transfronteiriça. Na sequência daquele acontecimento, a fronteira emergiu como dispositivo para lidar contra todo tipo de ameaças externas. As narrativas políticas do Estado norte-americano, sobre segurança e fechamento da fronteira logo repercutiram junto à comunidade dita Ocidental. Na Europa, os líderes dos Estados-membros da União Européia impuseram severas restrições à entrada de pessoas, notadamente, frente à crise migratória. Desde então, o que se viu foi o aumento de políticas nacionalistas e a construção de muros fronteiriços como forma de impor o controle e a segurança aos territórios nacionais.

Cabe, portanto, à Geografia e às demais ciências sociais refletir e interpretar problemas que se estabelecem frente a esse novo cenário internacional. Foi assim que, em novembro de 2024, o VII Seminário Internacional dos Espaços de Fronteiras (GEOFRONTEIRAS) voltou-se para a temática dos “Avanços e retrocessos na circulação transfronteiriça”. A partir da reunião de um grupo de pesquisadores e acadêmicos de diversas universidades nacionais e internacionais situadas em regiões de fronteira, o evento teve por objetivo refletir sobre questões e problemas comuns das sociedades e povos fronteiriços. Pela importância dos debates desencadeados na oportunidade, que reuniu diversos pesquisadores latino-americanos, pensamos que a melhor maneira de socializar os debates com maior número de pessoas seria por meio de uma publicação. Dessa forma é que pensamos na produção do *Dossiê Geofronteiras*. É importante mencionar que a Comissão organizadora do VII GEOFRONTEIRAS decidiu por permitir o aceite de resultados de pesquisas com diferentes aproximações com a temática da Fronteira, ampliando a possibilidade de trocas e diálogos entre os participantes. Desse modo, foram incluídos trabalhos com outras problemáticas pela importância e atualidade das questões abordadas. Abrindo as reflexões desse número especial da *Revista Geografia em Questão*, Luciano Z. P. Candiottto apresenta uma valiosa proposta metodológica para pesquisas em regiões de fronteiras apontando para a

importância da valorização de hibridismos entre a Geografia com outras ciências e áreas do conhecimento. A partir de trabalhos desenvolvidos nas linhas da Ecologia Política e da Geografia Ambiental o autor indica várias possibilidades de pesquisa em segmentos fronteiriços como, por exemplo, o da fronteira do Brasil (Paraná) com Argentina e Paraguai considerando problemas como a dos agrotóxicos ilegais, a existência dos Parques Nacionais do Iguaçu e de Ilha Grande, e da usina hidrelétrica binacional de Itaipu.

Pelo viés da geografia humanística, da história e geografia regional, Laura Mabel Zang e Norma Oviedo abordam o tema da imigração europeia em direção a Província de Misiones, notadamente de suíços. As autoras examinam as formas como os imigrantes suíços reconstruíram e transformaram territórios, apropriando-os a partir de territorialidades vividas. Nesse contexto, o lugar e o significado dado às paisagens e aos territórios como um todo pelos indivíduos representaram um fator a ser considerado, e sua importância dependeu, em grande parte, das intenções dos próprios indivíduos e de seu grupo ou comunidade de referência. Na sequência, Gabriel Horacio Leal, traz uma análise geohistórica interessante sobre redes sociais e mobilidade populacional fronteiriça. Sua pesquisa se inclina sobre a Província de Misiones, núcleo de uma região fronteiriça que foi palco de diversos processos migratórios e de mobilidade populacional desde o começo do século XX, onde as trocas cruzavam as fronteiras jurídicas e políticas dos Estados-nação. Aqueles movimentos entre países, através de rios, criaram correntes migratórias contínuas que, ao longo do tempo, resultaram em assentamentos permanentes, como na chamada região do Alto Paraná. Uma das colônias caracterizadas pela migração e a fixação de famílias paraguaias ou descendentes de paraguaios é Garuhapé.

Maristela Ferrari e Ana Paula A. da Rocha também contribuem com reflexões sobre as migrações transfronteiriças, em especial as migrações de retorno. Tomando com recorte espacial de pesquisa um segmento da fronteira Brasil/Paraguai, situado precisamente entre Mundo Novo (Mato Grosso do Sul) e Salto Del Guairá (Canindeyú), as autoras indicam que a migração de retorno produziu embrionária territorialidade urbana transfronteiriça com sujeitos com nacionalidade brasileira e paraguaia formando verdadeiras famílias de brasiguaios que possuem vínculos afetivos e sociais, econômicos e políticos em ambos os lados da fronteira. Apontam que o retorno dos brasiguaios ao Brasil não está apenas ligado à conquista de um pedaço de terra e/ou da casa própria, mas, igualmente, a conquista de benefícios sociais no Brasil, dentre eles, previdência e serviços públicos de saúde. Tal situação reside, parcialmente, nas características político-econômicas fortemente neoliberais adotadas pelo Estado paraguaio. Essas políticas impedem a criação de um Estado de Bem-Estar Social,

mesmo que mínimo, negando, assim, direitos básicos à sua população, como saúde e previdência social. Enquanto isso, o Brasil oferta tais serviços públicos (mesmo que de maneira bastante distante da ideal), o que contribui para que a migração de retorno ocorra. Essa migração torna-se uma estratégia de busca por direitos sociais básicos.

Alejandra Aurora Zorrilla, sob uma perspectiva regional, investiga o papel da produção pecuária na conformação socioespacial do Território Nacional de Misiones durante o processo de consolidação do Estado argentino. Ao analisar uma região fronteiriça que dissolvia limites formais e articulava práticas agrícolas e pecuárias por meio de redes históricas de circulação e vínculos sociais, o estudo ilumina sujeitos e famílias tradicionalmente invisibilizados pela historiografia regional. Com base em uma abordagem qualitativa e microanalítica apoiada especialmente em registros de marcas de gado, a autora evidencia o dinamismo das territorialidades fronteiriças, caracterizando a fronteira misionera-correntina como parte constitutiva de uma ampla região de fronteira e revelando as relações, estratégias e interdependências que estruturaram a produção e a vida social entre Misiones e Corrientes no final do século XIX e início do XX.

Na sequência, Ana Paula Azevedo da Rocha e Maristela Ferrari, analisam a composição e as transformações recentes de duas cidades, posicionadas em zonas de fronteira do Brasil com o Paraguai, marcadas por profundas rupturas e reconfigurações territoriais ao longo do século XX. A partir de uma abordagem qualitativa que articula revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas com moradores e gestores locais, as autoras evidenciam como o ordenamento atual dessas cidades fronteiriças resulta de processos estatais, fluxos de capital e intervenções estruturantes, especialmente a construção da Usina Hidrelétrica binacional de Itaipu e o desaparecimento das Sete Quedas. Enquanto Salto Del Guairá redefiniu sua função urbana em direção ao turismo de compras, Guaíra reorganizou sua dinâmica econômica após a perda de seu principal atrativo turístico, fortalecendo suas relações com o comércio paraguaio e consolidando-se como polo de serviços que atendem também à população do país vizinho. O estudo demonstra que a intensificação das articulações transfronteiriças é indissociável da ação do Estado brasileiro e das reconfigurações socioeconômicas que moldaram essa porção estratégica da fronteira.

Em continuidade às problematizações sobre circulação de pessoas e trajetórias vividas no limite Brasil-Paraguai, o artigo de Vanderson Wiliam Ribeiro Silva apresenta uma contribuição sobre a experiência de um trabalhador paraguaio a partir de uma narrativa oral produzida em 2024, problematizando conceitos como relações de trabalho, trajetória, imigração e exploração no espaço de fronteira. Ancorado em discussões da História do

Trabalho e no materialismo histórico britânico, o estudo evidencia como vivências individuais são atravessadas por pressões estruturais, desigualdades e dinâmicas específicas do contexto fronteiriço entre Guaíra (Brasil) e Salto Del Guairá (Paraguai). Ao reconstruir a trajetória desse sujeito, o autor ilumina formas de exploração e práticas de coerção presentes no campo, demonstrando como a fronteira atua simultaneamente como espaço de oportunidade, vulnerabilidade e mobilidade, contribuindo para compreender criticamente os processos sociais que marcam essa região. Pedro Granzer Filho e Edgar Aparecido da Costa investigam a trajetória e as estratégias de um comerciante que se tornou figura central na integração entre as zonas rurais na fronteira de Corumbá (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia). A partir de pesquisa bibliográfica, história oral coletada por meio da técnica da bola de neve, observação da paisagem e registros em diário de bordo, os autores revelam como Mané Farofa, profundo conhecedor da estrada do Jacadigo e de suas dinâmicas, articulou práticas comerciais e intercâmbios culturais que aproximaram populações fronteiriças entre as décadas de 1970 e 1980. Mais do que vender produtos, Mané circulava informações transfronteiriças, modos de vida e formas de sociabilidade, desempenhando um papel estratégico na sustentação de redes locais e na promoção de uma integração cotidiana que ultrapassava limites nacionais e reforçava vínculos entre comunidades dos dois lados da fronteira.

Nas cordilheiras Del Amambay, localizadas na fronteira entre Aral Moreira (Brasil) e Colônia Nueva Virginia (Paraguai), Edevagno Pereira da Silva e Alexandre Bergamin Vieira, pelo uso do método "Espaço e Reprodução Social: práticas e representações" examinam a conexão entre a psicoesfera e a tecnoesfera. O estudo examina a expansão agrícola (tecnoesfera), econômica, demográfica e cultural (psicoesfera), além das políticas de integração implementadas pelo Mercado Comum do Sul (Mercosul) e de como essas políticas impactam na dependência financeira e mudanças na fronteira. Desta feita, os autores buscam elucidar se as condições de desenvolvimento na zona de fronteira são objetivas ou são frutos de construções subjetivas vinculadas à situação social local. O trabalho auxilia na compreensão das dinâmicas de fronteira e suas consequências para as políticas de desenvolvimento e integração regional.

Eduardo Schumann e Aldomar A. Rückert, ao abordarem as políticas de integração regional na América do Sul (século XX), revelam como tais políticas foram influenciadas por diversos elementos, dentre os quais a segurança nacional, a expansão territorial, o avanço da agricultura em áreas periféricas, dentre outros. Eles destacam que a presença de governos autoritários no passado recente e a criação do Mercosul em 1991, evidenciam avanços e retrocessos na integração regional sul-americana até os dias atuais. A criação da Unasul

(2008) pode ser considerada como um marco no processo de integração e mudança de paradigma, entretanto, devido a descompasso político, passou por um esvaziamento a partir do ano de 2016. O trabalho centra-se em analisar os desafios e as dificuldades das rotas de integração propostas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento do Brasil (MPO). As técnicas de pesquisa basearam-se nos dados disponibilizados pelo MPO, após a solicitação na plataforma FalaBR, além de uma revisão bibliográfica ancorada em teses, livros, artigos e dissertações.

No conjunto das contribuições, Rilma Geovana Torrico Reque discorre sobre a adesão da Bolívia ao MERCOSUL expressando que a adesão constitui uma mudança estratégica regional para o país, permitindo-lhe participar não apenas do comércio, mas também do desenvolvimento sustentável, do meio ambiente, da migração e da cultura. Em sua análise, um aspecto relevante é avaliar as vantagens da Bolívia no Tratado do bloco, associadas à sua limitada capacidade produtiva, correlacionada ao desmatamento e ao problema dos incêndios florestais. Ao ingressar no Mercosul, a Bolívia ganha benefícios como em segurança jurídica, contribuindo para amenizar fragilidades existentes no país. Por outro lado, na esfera jurídica ambiental, verificou-se o aumento do desmatamento, que causa um retrocesso no crescimento e desenvolvimento da Bolívia, limitando sua competitividade sob as mesmas normas do Mercosul.

Sob o tema do desenvolvimento socioambiental, Davi Félix Schreiner suscita uma reflexão sobre a reorganização dos modos de produção no campo no oeste do Paraná, região de fronteira do Brasil com o Paraguai. Sua abordagem centra-se em evidenciar que o avanço do capital no campo se fez mediante a concentração fundiária, o uso intensivo de agrotóxicos, a expropriação da terra e do trabalho, em detrimento de diversas culturas/de modos de vida, à migração e ocupação de terras na área de fronteira do leste do Paraguai. Esse processo resultou em degradação do meio ambiente e em desigualdades socioambientais. Nesse contexto, programas com financiamento para projetos de restauração ambiental foram implementados. O autor destaca as práticas e representações sociais, políticas públicas/privadas que pautaram a formação do território em tela, mediante a colonização, a modernização da agricultura e o agronegócio. Essa dinâmica, permeada pela noção de desenvolvimento racional e produtivista, promoveu crescimento econômico, expropriação e degradação ambiental e, dialeticamente, a insurgência e a luta de sujeitos coletivos pelas condições socioambientais à vida e ao desenvolvimento sustentável.

Guilherme Luiz de Souza Fogaça, Luciana Escalante Pereira e Marco Aurélio Machado de Oliveira trazem uma análise focada na resistência do patrimônio material da

cidade de Corumbá/MS frente ao desenvolvimento. O estudo analisa fichas cadastrais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) referentes ao patrimônio material da cidade de Corumbá/MS, com o objetivo de compreender os efeitos do desenvolvimento urbano sobre o patrimônio histórico local. Os autores apontam que entre o final do século XIX e o início do XX, o crescimento do comércio fluvial impulsionou o surgimento das principais construções tombadas. Contudo, o levantamento *in loco* revelou o avançado estado de deterioração de muitas das edificações da cidade, indicando a urgência de intervenções voltadas à conservação e ao fortalecimento da gestão do patrimônio histórico de Corumbá.

Por sua vez, Liria Yuri Nagamine faz uma reflexão sobre as implicações da presença de indígenas no contexto urbano de Guaíra (PR), cidade limítrofe ao Paraguai, tendo em vista a percepção de ser este um fenômeno cercado da dificuldade em se apreender as contradições impostas como parte do processo da dominação colonial, assentada nas noções de integração e assimilação como estratégia de apagamento étnico e cultural dos povos originários. A autora questiona: de onde vieram e como e por que se organizam em aldeias em contexto urbano? Reflete, ainda, sobre o significado do fenômeno de “ser indígena” no contexto urbano e a luta pelo reconhecimento de seus direitos, além de abordar sobre a pertinência da noção de etnicidade para a pesquisa no campo do planejamento urbano.

Roberta Carolina Maués do Nascimento e Lucas de Souza Araújo trazem interessante análise sobre a expansão do crime organizado na Amazônia brasileira, destacando como a vulnerabilidade das fronteiras, a atuação limitada do Estado e o aumento das rotas de tráfico favorecem o fortalecimento das facções na região. Nesse contexto, Marabá (PA) emerge como um ponto estratégico, tanto por sua localização geográfica quanto por sua infraestrutura em crescimento, tornando-se central para a articulação de redes criminosas. Os resultados evidenciam disputas territoriais ligadas ao mercado de drogas, a identificação das principais rotas utilizadas e as condições locais que permitem a expansão dessas redes ilícitas.

Pela perspectiva geohistórica Néstor David Gamarra González traz um contributo sobre a escravidão nas estâncias jesuíticas do Paraguai (Séculos XVII–XVIII). A partir de uma revisão bibliográfica e análise de fontes históricas primárias e secundárias, o autor examina as condições de vida (moradia, alimentação, vestuário e saúde), as tarefas produtivas realizadas pelos escravizados, os modos de educação e catequese oferecidos e os sistemas de vigilância e punição impostos pela Companhia de Jesus, com especial atenção ao caso da estância de Paraguari. A análise revela o caráter ambivalente da ordem jesuítica: práticas paternalistas e protetoras coexistiam com a lógica da propriedade, da vigilância e da sanção.

A presença africana e sua interação com as populações indígenas guaranis geraram processos de mestiçagem cultural e práticas comunitárias que sobreviveram à expulsão dos jesuítas e aos silêncios historiográficos posteriores.

Encerrando este dossiê, Guilherme André Ikeda e Maristela Ferrari analisam as dinâmicas eleitorais no estado do Paraná durante as eleições presidenciais de 2014, 2018 e 2022, a partir da perspectiva da Geografia Eleitoral. Os autores buscam compreender como os fatores geográficos, sociais, culturais e religiosos influenciaram o comportamento político regional durante as eleições presidenciais. A pesquisa foi conduzida com abordagem qualitativa, baseada em cartografia temática e análise de dados eleitorais. O trabalho revela padrões territoriais de voto relacionados à estrutura fundiária, à atuação de movimentos sociais, à presença religiosa e à influência das redes sociais digitais. Para eles, o território exerce papel central na conformação das escolhas eleitorais e evidencia a necessidade de aprofundar os estudos sobre a territorialização do voto no Brasil, especialmente em contextos marcados por desigualdades e polarização.

Esse dossiê representa o compromisso da comissão organizadora do VII GEOFRONTEIRAS de propiciar a divulgação de forma ampliada de uma parte dos resultados de pesquisa expostos durante o citado evento. Com essa iniciativa pretende-se abrir diálogos sobre questões e problemas que a contemporaneidade nos impõe, com reflexões que contribuirão com o verdadeiro debate científico para o avanço do conhecimento. Nesta perspectiva esperamos que cumpram o seu papel de levantar novos questionamentos e introduzir novas reflexões tanto na ciência geográfica quanto em outros campos científicos<sup>1</sup>.  
Boa Leitura!

Organizadores

Maristela Ferrari

Roberta Carolina Maués do Nascimento

Edson dos Santos Dias

Djoni Roos

---

<sup>1</sup>Os dados, conceitos e opiniões, bem como erros na redação dos manuscritos são de inteira responsabilidade do(s) seus autor(es).